



CIRCULAR DE INFORMAÇÃO Nº 7/2013

Assunto: Acção judicial

Conforme previamente divulgado na Circular de Informação nº 6/2013, os praticantes Manuel Capucho, Clara Lopes e Francisco Pereira Gonçalves interpuseram, em 27 de Dezembro de 2012, uma providência cautelar contra a FPB, com base em alegadas irregularidades ocorridas no processo de eleição dos delegados dos praticantes à Assembleia Geral da FPB, realizado em Novembro do ano passado.

Através da referida acção judicial, os requerentes pediam que fosse decretada a suspensão da Assembleia Geral da FPB de 6 de Janeiro, destinada a eleger os Órgãos Sociais da FPB para o mandato 2013-2016 e, posteriormente, requereram que a providência cautelar compreendesse ainda a suspensão das deliberações tomadas pela referida Assembleia Geral da FPB.

O julgamento desta acção judicial decorreu no passado dia 7 de Outubro, no 1º Juízo Cível de Lisboa, **tendo o Tribunal decidido julgar não procedente a providência cautelar.**

Os requerentes apresentaram ainda um recurso, em matéria de admissibilidade de testemunhas, cuja decisão ainda não é conhecida.

Lisboa, 10 de Outubro de 2013

A Direcção da FPB